3,3 milhões de toneladas*, amplia-se o mercado externo para o país. Entretanto, os efeitos das recentes medidas protecionistas dos Estados Unidos não devem ser desconsiderados, pois o mercado norte-americano responde por 30% das compras do açúcar exportado pelo Brasil. Os entraves comerciais estabelecidos pela nova legislação daquele país, obrigarão a um redobrado esforço brasileiro na busca de novos mercados.

PECUÁRIA DE CORTE

1982: novo "vale" no ciclo pecuário?

Dentro do quadro geral da economia brasileira, a pecuária de corte é um dos setores que mais fortemente vem recebendo os impactos negativos do atual período recessivo. Na realidade, o setor encontra-se espremido entre dois pólos da atividade econômica. De um lado, uma grande oferta de bois prontos para o abate, e, de outro, um consumo fortemente reprimido, que impede uma remuneração correta da atividade criatória.

O preço da arroba do boi gordo, que atingira Cr$ 5.552,00(*) em setembro de 1979, encontra-se hoje estagnado em torno de Cr$ 2.300,00, sem perspectivas de melhoria no curto prazo. Isto, não só pelo fato de que o mercado interno não tem condições de absorver maiores quantidades, se os preços se elevarem, mas, também, pela existência de uma competição mais acirrada da avicultura, cuja capacidade de produção, em termos estruturais, encontra-se comprimida na atualidade, podendo, por isso mesmo, aumentar a oferta, caso suas cotações, que acompanham as da carne bovina, tornem-se mais atraentes.

Uma saída, que seria o mercado internacional, atravessa também uma conjuntura adversa, com excesso de oferta por parte de países tradicionalmente exportadores e demanda reprimida nos países importadores. Com todo o empenho desenvolvido pelo governo, as exportações, que atingiram, em 1981, um volume de 262 mil t, em equivalente-carcaça (valor: US$ 417,3 milhões) revelam um expressivo avanço na conquista do mercado internacional. Essa quantidade, contudo, ficou aquém do compromisso assumido pelo setor com o governo, tanto em volume (300 mil t) como em divisas (US$ 600 milhões). Representou, porém, cerca de 12% da produção nacional em 1981, estimada em 2,25 milhões de t.

Para o ano de 1982, a repetir-se o mesmo desempenho, a absorção do mercado internacional não representará um alívio de maior significação no plano interno, uma vez que, neste último, é esperado um aumento de produção da ordem de 9%, atingindo-se 2,45 milhões de t de carne bovina.

Devido ao fato de a performance de 1981 ter ficado aquém do acordo feito com o governo, há indícios de que, para 1982, serão feitas alterações na sistemática do processo, com o governo estabelecendo quotas diretas com as empresas, ao invés de ter um compromisso global com a representação do setor. Contudo, relatório recente do GATT esclarece que o mercado internacional não será mais receptivo do que no ano anterior.

Em relação aos abates, os dados globais relativos a 1981, refletem realmente uma consolidação da tendência de intensificação na matança de fêmeas, significando uma reversão no ciclo da pecuária bovina, no que se refere ao crescimento numérico do rebanho.

A situação mais grave apresentou-se em Goiás, onde o percentual de fêmeas abatidas atingiu 48,7%, em 1981. A exceção é constituída pelo Rio Grande do Sul, estado que apesar da sua importância no setor e da retórica da liderança regional, não registrou nenhuma diferença no abate de fêmeas em 1981, comparativamente

* De acordo com as normas do AIA, as quotas de exportação sofrem uma redução de 15% enquanto o preço médio calculado pela OIA estiver abaixo de US¢ 13/lb-peso. Neste sentido, a quota real brasileira passa a ser de 2,8 milhões de toneladas.

(*) Em cruzeiros de fevereiro de 1982.

aos anos anteriores (ver Quadro 1). Constataram-se também fortes indícios de aumento da matança clandestina, no ano passado.

O recrudescimento do abate clandestino, de forma generalizada, no país, é explicado pela mudança havida na cobrança do ICM, a partir de janeiro de 1981. A nova base de cálculo deste imposto, que saltou de 4,75% para 15,5%, coincidindo com uma fase de baixa rentabilidade do setor, propiciou condições para o incremento da clandestinidade da matança, como forma de manter o ritmo das vendas para um mercado retraído, sem minimizar a rentabilidade do negócio.

Do ponto de vista dos pecuaristas, a mudança na sistemática de arrecadação do ICM, relativa à carne bovina, acarretou transtornos de monta ao mercado. Anteriormente, prevalecia um esquema arrecadador em que as diferentes partes envolvidas — a União, o estado e o contribuinte — dividiam de uma forma praticamente eqüitativa o ônus do ICM, de modo a não pesar demasiadamente sobre o preço final do produto nos balcões varejistas. Assim, da alíquota de 16%, que legalmente deveria incidir sobre o comércio da carne bovina, aproximadamente um terço era efetivamente cobrado dos produtores e dos frigoríficos, um terço a União repassava de suas reservas para o estado e, finalmente, um terço era deixado de ser cobrado pelo estado.

O interesse da União em se eximir dos encargos financeiros provenientes do repasse e o das administrações fazendárias de âmbito estadual, que vislumbravam a possibilidade de uma arrecadação maior, fizeram com que a base do cálculo para a cobrança do ICM passasse a

QUADRO 1

ESTADOS SELECIONADOS — Abate de Bois e Vacas — 1980-81

Estado	1980				1981			
	Bois	Vacas	Total	Vacas %	Bois	Vacas	Total	Vacas %
Rio Grande do Sul	741.218	330.781	1.071.999	30,86	799.519	345.863	1.145.382	30,20
Paraná	597.046	75.054	672.100	11,17	601.099	114.152	715.251	14,95
São Paulo	1.686.486	217.012	1.903.498	11,40	1.578.936	283.840	1.862.776	15,24
Minas Gerais	726.543	232.508	959.051	24,24	747.196	363.591	1.110.787	32,73
Goiás	361.671	249.357	611.028	40,81	490.454	466.279	956.733	48,74
Total	4.112.964	1.104.712	5.217.676	21,17	4.217.204	1.573.725	5.790.929	27,18

FONTE: CEPA/RS/MG/GO; DERAL/PR; Sindicato da Indústria do Frio/SP.

ser 15,5%, sob o encargo dos pecuaristas e frigoríficos.

Os resultados dessa nova sistemática, conquanto tenham onerado o preço final da carne em fase adversa do mercado, não foram auspiciosos para o aparelho arrecadador dos estados, como se pode depreender do Quadro 2.

A defasagem entre os valores efetivamente arrecadados e os que deveriam ser alcançados, revela que a situação financeira de alguns estados não melhorou com a nova sistemática. O caso mais grave foi o de São Paulo, em que o volume de recursos arrecadados pelo governo estadual equivaleu-se, praticamente, ao de 1981. O Rio Grande do Sul apresentou a melhor situação, visto que, pelo menos, compensou a inflação do período.

As explicações para esses resultados insatisfatórios variam desde o não-recolhimento por parte de algumas cooperativas e frigoríficos, talvez na expectativa de uma possível anistia ou mora fiscal, até a sonegação pura e simples. A conseqüência mais desastrosa, no entanto, foi o incremento do abate clandestino.

Tendo em vista a fase de retração do mercado por que atravessava o setor, a Fecocarne, já em 1981, prevendo esses resultados negativos, propusera ao Confaz o retorno à sistemática de cobrança anterior. A proposta, no entanto, foi rejeitada pela União, porque implicaria um repasse de cerca de Cr$ 120 bilhões aos estados, em 1981.

Paralelamente, o setor ressente-se do tratamento diferenciado dado aos outros produtos cárneos, como o avícola. Desse modo, o pleito atual do setor refere-se também à unifor-

QUADRO 2

ESTADOS SELECIONADOS – Comparativo dos Valores do ICM Arrecadado sobre a Carne Bovina, Incluindo o Repasse da União – 1980 e 1981

Estado	1980					1981			
	Valor Arrecadado[1] (Cr$ 1.000)	Repasse da União (Cr$1.000)	Total (Cr$ 1.000)	Índice de Produção	Índice do Preço Médio do Boi Gordo	Índice de Produção	Índice do Preço Médio do Boi Gordo	Arrecadação Esperada (Cr$1.000)[2]	Valor Arrecadado[3] (Cr$ 1.000)
Rio Grande do Sul	720.000	945.000	1.665.000	100,00	100	106,85	139,25	3.495.795	3.438.000
São Paulo	1.007.100	1.651.898	2.658.998	100,00	100	97,86	149,15	4.901.469	2.891.000
Minas Gerais	1.271.592	1.525.911	2.797.503	100,00	100	115,82	147,37	6.109.061	4.533.950

[1] Base do cálculo do ICM – 4,75%.
[2] Calculado do seguinte modo: valor arrecadado em 1980, multiplicado pelo coeficiente 15,5 ÷ 4,75, vezes a variação de produção de 1981, vezes a variação do preço médio do boi gordo em 1981.
[3] Base do cálculo do ICM – 15,5%.
FONTE: Secretarias de Fazenda do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais.

mização do tratamento para todas as carnes comercializadas no mercado, ou à redução da base de cálculo do recolhimento do ICM, para 5%.

A respeito do problema, há uma crítica unânime do setor quanto aos malefícios causados pelo abate clandestino, tanto no plano social como no econômico. A distribuição de carne não-fiscalizada, na periferia dos grandes núcleos urbanos, constitui sempre um grave risco para a saúde da população. Do ângulo econômico, o abate clandestino causa prejuízos à estrutura industrial montada que, além de ver aumentada a ociosidade do parque frigorífico (na atualidade da ordem de 50%) sofre a concorrência de preços mais baixos, devido ao não-recolhimento dos impostos devidos.

Tendo em vista a fase favorável do mercado, no que concerne ao caráter conjunturalmente não-inflacionista do setor, o governo federal considerou as condições propícias para a minimização do controle oficial. A retirada da Cobal, anualmente encarregada de executar e administrar a estocagem de entressafra, teve, pois, o duplo

QUADRO 3

ESTADO DE SÃO PAULO — Preços Reais Mensais(*) do Bezerro e do Boi Magro — 1980 e 1981

Mês	Bezerro				Boi Magro			
	1980		1981		1980		1981	
	Cr$/unidade	Índice (jan/80=100)	Cr$/unidade	Índice (jan/80=100)	Cr$/unidade	Índice (jan/80=100)	Cr$/unidade	Índice (jan/80=10C
Janeiro	27.583,26	100,00	19.346,01	70,13	49.408,73	100,00	34.576,82	69,98
Fevereiro	26.817,91	97,22	17.215,50	62,41	47.923,25	97,00	31.941,42	64,64
Março	25.236,85	91,50	16.267,10	58,97	46.073,81	93,25	29.985,85	60,68
Abril	25.767,87	93,42	16.892,20	61,24	46.025,50	93,15	28.146,35	56,96
Maio	24.776,35	89,83	14.721,10	53,36	44.342.43	89,74	26.657,54	53,95
Junho	24.994,40	90,61	13.548,19	49,11	44.279,20	89,62	25.411,58	51,43
Julho	26.300,00	95,34	13.056,37	47,33	44.008,30	89,10	24.047,73	48,67
Agosto	25.273,14	91,62	12.436,90	45,08	41.994,18	85,00	23.343,88	47,24
Setembro	24.762,32	89,77	12.073,35	43,77	40.315,72	81,60	22.994,27	46,53
Outubro	24.165,10	87,60	12.392,75	44,92	40.639,24	82,25	23.343,88	47,24
Novembro	23.259,65	84,32	12.295,71	44,57	39.209,70	79,35	23.541,95	47,64
Dezembro	22.080,38	80,00	12.011,16	43,54	36.510,26	73,90	23.379,33	47,31

(*) Valores corrigidos pelo IGP, col. 2, para fevereiro de 1982.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IEA.

sentido de: a) reduzir os recursos dessa estocagem desembolsados pelo governo na remuneração* dos custos operacionais do plano anual de entressafra, os quais não eram repassados ao consumidor final; b) devolver, ainda que parcialmente, o setor da carne bovina ao livre jogo das forças de mercado.

No novo esquema de estocagem de carne para a entressafra, os frigoríficos farão estoques individuais, que serão financiados pelo Banco do Brasil a juros de 45% a.a. Os financiamentos serão feitos aos frigoríficos dentro da mesma sistemática do EGF. A possibilidade da carne não-escoada, após a entressafra, transformar-se em AGF, constitui um pleito dos frigoríficos. Esse detalhe, contudo, ainda não foi resolvido, porque depende, segundo alguns especialistas, de se estabelecer um preço mínimo para a carne estocada. De acordo com a sugestão do setor, o nível da reserva para a próxima entressafra deve ser de 120 mil t. Além disso, a distribuição desses estoques deve ser feita nas praças atendidas anteriormente pela Cobal, circunscrita aos meses de agosto a novembro.

Acontece que essas modificações, além de não serem isentas de ônus para o governo (o crédito para os frigoríficos estocarem a carne será subsidiado) têm implicações profundas no que concerne não só ao comportamento do mercado ao longo do ano mas, também, ao controle efetivo dos créditos concedidos. Em primeiro lugar, em se tratando do Banco do Brasil, haverá maior rigor na concessão dos créditos, o que será feito somente mediante a vistoria dos fiscais e a constatação da existência de estoques efetivos. Em segundo, como haverá liberdade de repasse dos custos de estocagem para o consumidor, os preços da carne congelada, a serem distribuídos na entressafra, serão menos rígidos do que na época em que a Cobal administrava os estoques. Por outro lado, a existência simultânea de grande oferta de carne resfriada no comércio será um fator de limitação da lucratividade dos frigoríficos.

No âmbito pecuarista, a retirada da Cobal foi considerada uma medida correta, uma vez que o grau de intervenção no mercado vinha aumentando a cada ano. Assim, o menor volume de estocagem e a menor rigidez nos preços propiciarão condições para uma recuperação do setor no período da entressafra. A expectativa é de que, livre do espectro controlador da Cobal, os preços, diferentemente dos anos anteriores, atinjam um patamar suficientemente compensador (acima de Cr$ 4.000,00/arroba) nos meses de setembro ou outubro. Os pecuaristas que tiverem bois gordos e condições de esperar, poderão ser efetivamente compensados.

Os varejistas, no entanto, não têm encarado com otimismo as mudanças introduzidas na execução do plano anual de estocagem de entressafra, temerosos que, sob a responsabilidade dos frigoríficos, haja uma especulação forte nos preços, reduzindo mais ainda o nível de vendas. Isto porque, na sistemática anterior, a Cobal não repassava os custos de abate, frigorificação e distribuição, permitindo a manutenção dos preços em nível mais condizente com o poder de compra (reprimido) do consumidor.

A Cobal, por sua vez, está convicta de que o poder coercitivo não foi eliminado totalmente, uma vez que os financiamentos aos frigoríficos são a juros subsidiados, arma que, a qualquer momento, poderá ser utilizada para coibir especulações indesejadas, por parte dos frigoríficos.

Em relação aos preços da arroba do boi gordo, a análise do Gráfico 1 demonstra que a sua evolução em 1981 em muito se assemelha àquela ocorrida em 1977, quando ocorreu o fecho do ciclo pecuário 1969/77 (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 9). Contudo, o nível de preços atingido, em princípios de 1982 (Cr$ 2.394,00/@ do boi gordo, em São Paulo), parece indicar que o vale do presente ciclo pecuário, iniciado em 1977, ocorrerá no corrente ano. Isto porque a cotação média mais baixa de 1981 (Cr$ 2.453,54/

* Em 1981, esses recursos foram avaliados em Cr$ 12 bilhões.

GRÁFICO 1

ESTADO DE SÃO PAULO – Preços Reais do Boi Gordo – 1975-76 (médias anuais); 1977-81 (médias mensais)



FONTE: IEA/SP (valores corrigidos pelo IGP, col. 2, de Conjuntura Econômica, para fevereiro de 1982).

@, média de junho) encontra-se ainda um pouco acima daquela alcançada em junho de 1977 (Cr$2.234,61/@). Embora esses valores configurem com relativa precisão que este ano deverá haver a reversão dos preços, a sinalização mais exata do fenômeno é o recrudescimento no abate de matrizes, registrado no segundo semestre de 1981.

Um outro sinal que corrobora essa conclusão são os preços dos bezerros e do boi magro, cuja evolução encontra-se regredindo, desde janeiro de 1980, conforme pode ser verificado no Quadro 3. Para ambas as categorias, os preços reais, em dezembro de 1981, representaram menos da metade das cotações de janeiro de 1980. O prolongado período de desvalorização dessas categorias significa que, já em 1980, prenunciava-se que os primeiros anos da década seriam desfavoráveis à pecuária. Contudo, uma visão panorâmica do setor indica que, se consolidada a tendência de liquidação do rebanho, mediante a matança exagerada de matrizes, a preservação ou aquisição de bezerros, agora, poderá significar lucratividade satisfatória em 1984, quando as cotações da carne bovina alcançarão um patamar mais elevado, refletindo a menor oferta de carne.

A expectativa para o corrente ano, é de que os preços iniciem um processo ascensional, mesmo considerando-se a pletora de oferta de bois terminados para o abate. Essa previsão baseia-se não só nos dados sobre o abate de matrizes mas, principalmente, nas modificações introduzidas na sistemática de estocagem de entressafra, já comentadas. Quanto ao mercado internacional, os fatos indicam que se deverá repetir o desempenho registrado, em 1981, muito embora as visitas de técnicos da CEE para a vistoria de frigoríficos brasileiros, formalizadas em março, indiquem uma possível maior abertura daquele mercado ao produto brasileiro.

PECUÁRIA DE LEITE

Preços não remuneradores ameaçam a produção

O ano de 1981, embora tenha-se caracterizado por um desempenho satisfatório da produção leiteira, foi bastante conturbado, no que se refere às constantes mudanças havidas na política do governo voltada para o setor. No início do ano, as medidas estimuladoras, tomadas em relação ao preço pago ao produtor, faziam crer que se daria continuidade à política de incentivo à produção, iniciada em 1980. Ressalte-se que o objetivo dessa política era o de evitar a persistência do déficit no abastecimento dos grandes centros, registrado nos anos anteriores, que obrigou o governo a recorrer ao mercado internacional. Dentro dessa ótica, os preços do litro Especial, em nível de consumidor, que eram de Cr$ 18,00/litro, em janeiro, passaram a 24,00/litro, em abril, e a 29,00/litro, em junho, estando ainda programada uma outra majoração para novembro.

A resposta a essa política foi praticamente imediata, com a produção apresentando aumentos sensíveis mensalmente. Deve-se salientar que tais incrementos deveram-se não só à atratividade dos novos preços, como à conjuntura desfavorável que atravessava a pecuária de corte, fazendo com que produtores tradicionalmente não-leiteiros passassem também a coletar maior quantidade de leite de seus rebanhos mistos. A continuidade da política estimuladora da produção encontrou um obstáculo intransponível no fraco poder aquisitivo da população. A retração do consumo provocou, em curto espaço de tempo, um tumulto no mercado, com os sacos de leite encalhando nos balcões varejistas, agravando mais ainda a crise do setor de derivados lácteos, que vinha desde o ano anterior.

Na tentativa de reverter a situação, o governo, além de cancelar o aumento previsto para novembro, reduziu, em setembro, o preço do leite Especial, no nível do consumidor, de Cr$ 43,00 para Cr$ 40,00. Agiu também sobre os produtores, com a transferência do pagamento do segundo percurso (dos postos de resfriamento para as indústrias em-